O Mundo Como Vontade e Como Ilusão

Marcus Gomes*

O conhecimento, portanto, via de regra sempre permanece a serviço da vontade, tendo de fato surgido para seu serviço. Schopenhauer

A nossa percepção da realidade é um encontro entre três elementos: nós (o indivíduo que percebe), o real (o que é percebido) e a cultura (a mediação entre nós e o real). A chamada "teoria do conhecimento", na verdade uma ideologia, ofusca a compreensão desse processo ao invés de esclarecê-lo. E ela, uma vez existindo, se torna um dos elementos de cultura que realiza a mediação entre nós e o processo de constituição do saber ("produção do conhecimento"). O nosso objetivo aqui é enfatizar esse processo de mediação cultural entre nós e o mundo (o real) e explicitar como isso vem ocorrendo na contemporaneidade, comandada pelo paradigma subjetivista.

Ideologia do Conhecimento e Teoria da Consciência

A ideologia do conhecimento considera que o "conhecimento" (termo ideológico e problemático, pois já pressupõe um saber correto ou algo acabado) é produto do encontro entre o "sujeito", esse ser abstratificado e que está fora da história e das relações sociais, e o "objeto" do conhecimento. Esse esquema simplório, que está expresso em vários livros e autores¹, é um sistema de pensamento ilusório². Ele não dá conta da realidade. Ao invés de conhecimento, visto sob forma positiva (como verdade, pois quem detém — é uma propriedade — conhecimento é o que sabe, ao contrário dos que não sabem) ou fetichista (aparece como algo com vida própria, externa aos indivíduos e contextos nos quais emergem as ideias) o que os seres desenvolvem é a consciência. Ao invés de "sujeito do conhecimento" o que existe são seres humanos reais e concretos, indivíduos que vivem numa

^{*} Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

¹ Basta o exemplo de uma introdução que expressa isso (HESSEN, 1987).

² Esse é o conceito marxista de ideologia. A ideologia é um saber sistemático e ilusório. Assim, no plano formal, é um "sistema de pensamento", é sistematizado, complexo, o que distingue das representações cotidianas (incluindo as ilusórias) e outras formas de pensamento ilusório. No seu conteúdo, a ideologia se caracteriza por ser uma ilusão, uma inversão da realidade. Essa concepção de ideologia, presente em Marx (MARX; ENGELS, 1982), apesar de não ter sido explicitada claramente, o que dá margem para os ideólogos deformarem sua concepção de ideologia, foi falsificada e deformada por vários pseudomarxistas (MARQUES, 2020; VIANA, 2010; VIANA, 2017).

determinada época e sociedade, com um processo histórico de vida que expressa uma diversidade de relações sociais travadas durante sua existência (o que inclui as relações sociais indiretas através do acesso à elementos de cultura). Ao invés de "objeto do conhecimento" nós temos a realidade, seja em sua totalidade, seja em suas infinitas manifestações particulares (fenômenos sociais, naturais, etc.).

Se a chamada "teoria do conhecimento", em suas várias formas e manifestações, é uma ideologia, um sistema de pensamento ilusório, então como podemos compreender o fenômeno da constituição do saber? Marx apontou a solução para esse problema com sua teoria da consciência. A consciência não é algo externo aos indivíduos. Eles, desde que nascem, começam a desenvolver sua consciência. O aprendizado da fala, da linguagem, a assimilação das ideias, das explicações do mundo, são um processo que se inicia a partir do desenvolvimento do indivíduo. Logo, é um processo no qual o indivíduo vai se inserindo nas relações sociais e acessando aspectos da cultura, criando sua bagagem cultural³. Assim, o indivíduo desenvolve sua consciência a partir de sua história de vida, mas não autonomamente, pois tal história é a história das relações sociais travadas por ele, que vai gerando seus valores, convições, sentimentos, etc., que são determinações de suas novas aquisições culturais. Essas relações sociais são específicas para cada indivíduo, embora possam ser semelhantes em muitos aspectos. Assim, os indivíduos pertencentes a uma classe social possuem um modo de vida semelhante. Mas, além disso, por causa de sua posição específica na divisão social do trabalho, esses indivíduos possuem interesses comuns, que entram em conflito com os interesses dos indivíduos de outras classes. Costumes, representações, entre outros elementos, emergem em cada classe social. E, derivado desses interesses, acaba entrando em conflito com os indivíduos de outras classes, especialmente daquelas que são antagônicas a sua.

Esse indivíduo cria sua personalidade, sua singularidade psíquica, no qual une elementos universais da espécie humana, elementos específicos que atingem a todos os indivíduos de determinada sociedade, elementos específicos de sua classe social, elementos específicos de outros círculos sociais (família, grupos, comunidades, profissão, etc.) do qual faz parte, e sua inserção específica nessas relações. A sua personalidade se defronta com uma determinada realidade e determinados fenômenos que, quando reflete sobre eles e busca

ъ

³ Bourdieu (1997) denominou isso como "capital cultural", termo problemático e que faz parte de sua transposição de termos de origem na economia para o mundo social, procedimento problemático. Por isso preferimos bagagem cultural, mais adequada para entender a realidade (VIANA, 2018a).

explicá-los, parte de sua personalidade (que é uma manifestação particular de uma mentalidade, nos quais reside seus valores fundamentais, sentimentos mais profundos e concepções mais arraigadas), das referências que possui (informações, interpretações, modo de pensar, etc.) para compreendê-los. Assim, notamos que o "sujeito do conhecimento" é uma abstratificação que não existe, que não existe um puro "homo rationalis", um ser puramente racional, como na fantasiosa ideologia burguesa do conhecimento.

A realidade também não é um "objeto", algo dado e que apenas precisaria ser observado, mensurado, para se manifestar em sua essência. Não interessa se o fenômeno analisado é a origem das espécies, o DNA, a gravitação, a copa do mundo de futebol, a violência das torcidas organizadas, a Segunda Guerra Mundial, a Revolução Russa, pois todos estes fenômenos só são compreensíveis em sua historicidade, em sua totalidade, em suas relações e múltiplas determinações. Para a consciência fetichista, é algo "dado", seja sob a forma positivista que considera que o fenômeno está submetido a leis objetivas, seja a forma subjetivista que considera que o fenômeno é uma construção cultural de "sujeitos" dados (essencializados, coisificados). O "objeto do conhecimento" é confundido, na maioria das ideologias do conhecimento, como fenômenos naturais, dados. Em outras, é uma construção cultural, produto das ideias, etc., mas continuam sendo "objetos", algo externo. Para os idealistas absolutos, é um produto da mente ou do espírito e assim as ideias são o determinante do objeto e "o objeto dos objetos".

Assim, a complexidade do real desaparece e em seu lugar surgem os reducionismos (biológicos, geográficos, psicológicos, sociológicos, econômicos, etc.). Se quero entender algum fenômeno, é necessário um material informativo sobre ele para sabermos suas relações, suas determinações, seus vínculos, sua história. Não tem como entender a história das roupas sem analisar as mutações sociais e históricas das relações sociais e da relação dos seres humanos e a natureza (o clima é uma determinação sobre o uso de roupas, uma de suas múltiplas determinações, para ficar em apenas um exemplo). O uso de roupas remete para um conjunto complexo de relações. Na sociedade capitalista esta complexidade se amplia ainda mais e para entender o uso de roupas e suas diferenças é necessário abordar a produção e distribuição das roupas, forma de produção, divulgação e venda, preço, marcas, status, clima, classe social — que gera diferenças de poder aquisitivo, estilos, gostos, etc. — grupos sociais — as distinções de vestimentas entre homens e mulheres, crianças, jovens e adultos etc., as tradições regionais, nacionais e religiosas, entre inúmeros outros aspectos.

Ora, sem acesso à realidade, no caso ao material informativo sobre isso, dificilmente se poderá ter uma compreensão mais profunda do fenômeno. Se eu me fundamento apenas em informações sobre quais roupas são usadas e seu desenvolvimento num período de tempo e o clima, poderei deduzir esquematicamente e equivocadamente que o clima é a única determinação desse fenômeno. Poderia apresentar a hipótese de que os jovens usam roupas mais curtas, especialmente as mulheres, por causa do calor. Sem dúvida, essa pode ser uma das determinações, mas a moda (generalizada via capital comunicacional), o grupo de pertencimento (subgrupos juvenis), um filme ou série de sucesso, a intenção de sensualidade, podem ser outras determinações e mais importantes. Se me falta tal informação, não terei como saber disso. Tanto é que no mesmo local outras mulheres jovens, apesar do calor, usam roupas longas, o que remeteria a outras determinações (inadequação ao padrão dominante de beleza, crenças religiosas e/ou pertencimento a determinadas igrejas etc.). Da mesma forma, em décadas anteriores, com o mesmo calor, não havia o uso de tais vestimentas mais curtas e isso remete a diversas determinações (moral dominante, censura, maior conformismo, gostos diferentes etc.). Porém, a situação é ainda mais complexa, pois as determinações, por sua vez, também são algo concreto e resultado de múltiplas determinações que lhes geram e dão vida. Cada um desses elementos, tais como a moda, a moral, a censura, a juventude, o capital comunicacional, as crenças religiosas etc., também foram determinadas e precisam de explicação. Sem dúvida, o pesquisador nem sempre pode tratar de tudo isso, mas ele deve apontar a determinação fundamental e as demais determinações que são mais importantes na explicação do fenômeno e ter a consciência da complexidade do fenômeno. O real não é simples e por isso as explicações simples são problemáticas e limitadas, assim como a sua sofisticação através das produções ideológicas, produzindo reducionismos.

E por último temos o que as ideologias cognitivas denominam "conhecimento". Esse termo coisificado pode assumir a forma de algo que se possui (alguns "têm" conhecimento e outros não têm), mas é geralmente inspirado no pensamento científico, que seria supostamente exato. No fundo, aqui não se trata de "consciência", pois esta é uma totalidade. A consciência do indivíduo é o conjunto do que ele pensa sobre o mundo. Assim, se um indivíduo conversa com outro sobre um assunto específico, ele dificilmente vai dizer tudo que poderia dizer sobre ele. Seja futebol ou política, o que ele diz não é a totalidade do que ele possui consciência. Da mesma forma, um bom professor que tem domínio do

conteúdo, não repassa para os alunos a sua consciência sobre o tema discutido em sala, mas tão somente uma pequena parcela, pois além dos possíveis esquecimentos temporários, os recortes, as demandas dos estudantes, as relações que são estabelecidas etc., há o tempo disponível para a aula e a disposição em ouvir dos demais. Se isso vale para um assunto específico de uma conversa ou um tema de aula de um professor, vale ainda mais para a consciência individual, que abarca milhares de assuntos e questões. O "objeto do conhecimento" é algo mais limitado, é como o "tema da aula" ou o "assunto da conversa". É algo delimitado. As cores, o cérebro, o fato social, a Comuna de Paris, a Revolução Francesa, a queda do muro de Berlim, entre outros acontecimentos.

Assim, o "conhecimento" seria sobre um "objeto" (fenômeno, para escapar da linguagem positivista) específico. Ele seria o resultado da relação entre o "sujeito" e "objeto" (HESSEN, 1987). Sem dúvida, alguns vão enfatizar o objeto e outros o sujeito, além de outras formas de falsa solução. Se trata da relação de um "sujeito" tido como "homo rationalis" ou como "espírito criativo" ou apenas "reflexo" da "realidade objetiva" e um "objeto", considerado como algo "dado", como "leis autônomas", "aparência", "projeção" da "razão" ou "ser pensante".

Em síntese, essa concepção simplista e ideológica trabalha com entidades abstratificadas (o "sujeito" e o "objeto) e considera que o conhecimento, outro termo abstratificado, é o resultado da relação de ambas. Essa abstratificação gera uma simplificação, deformação, redução do ser pensante, do ser social portador de consciência, e da realidade. No que se refere a uma "teoria da ciência" (que seria mais adequado do que "teoria" do conhecimento) há o mesmo problema. Uma simplificação do cientista e da realidade, bem como da ciência, o produto da relação entre ambos. O cientista aparece como "neutro", "autônomo", "racional" (ou puramente racional), o que é falso.

Mas há um problema adicional nessa concepção. Ela desconhece a mediação da cultura entre o indivíduo e a realidade. Inclusive, a própria ideologia burguesa do conhecimento realiza uma mediação entre parte dos cientistas e sua percepção da realidade. Assim, a cultura em geral de uma época, bem como os elementos de cultura que o cientista tem acesso (sua bagagem cultural) são determinações de suas produções intelectuais. Se um cientista toma alguma concepção científica como verdadeira e inquestionável (como alguns fazem em relação ao evolucionismo darwinista, ao método compreensivo de Max Weber etc.), então essa vai condicionar as suas leituras, pesquisas, hipóteses etc. Ora, quanto mais

pobre e restrita é esse "pressuposto intelectual", mais pobre e restrita serão as descobertas, hipóteses, etc. O próprio caso da ideologia burguesa do conhecimento já aponta para perceber isso. A cultura geral de uma época e sociedade também pode ser um obstáculo, assim como a episteme burguesa que é incapaz de reconhecer a historicidade do capitalismo, o que tem inúmeras implicações intelectuais ou os valores dominantes (que estão na base de tal episteme).

Cultura, Episteme e Paradigmas

Assim, a cultura de uma sociedade condiciona o desenvolvimento da consciência e a produção de saber noosférico⁴. Obviamente que tal cultura, compreendida aqui como "conjunto das produções intelectuais" (VIANA, 2018a), é constituída socialmente, tendo por base determinadas relações sociais, cuja determinação fundamental é o modo de produção dominante. Mas uma vez constituída e consolidada, ela se torna uma das determinações da sociedade e no sentido predominante de sua conservação. Nas sociedades tribais há uma homogeneidade cultural que não existe nas sociedades de classes, mas a heterogeneidade cultural destas convive com uma hegemonia da classe dominante e de suas ideias e valores. O processo de hegemonia cultural da classe dominante é hierárquico, no qual os ideólogos geram as ideologias e se utilizam vários mecanismos para garantir sua difusão, marcada pela sua simplificação. As ideias de São Tomás de Aquino e Santo Agostinho não foram lidas pelos servos e outros setores da sociedade feudal, a maioria analfabeta, mas foram lidas pelos "ideólogos reprodutivos". Através das igrejas e mosteiros, além dos indivíduos (que tiveram acesso a essas concepções) em suas relações sociais, tais ideias eram divulgadas, popularizadas, simplificadas, assimiladas. No capitalismo, os mecanismos de difusão das ideologias são muito mais amplos e variados, e a acessibilidade é muito maior.

Porém, além das ideologias, existem processos mentais que não são imediatamente perceptíveis, por serem formais e sua reprodução não ser percebida pelos reprodutores, na maioria das vezes. Esse é o caso das epistemes, que são modos de pensar, processos mentais subjacentes, que constituem campos mentais (axiomático, linguístico, analítico e

⁴ O saber noosférico é toda forma de saber complexo, tal como a ciência, a filosofía, a teologia (que é distinta da religião por sua complexidade), o marxismo, etc.

⁵ Marx distinguia entre os ideólogos ativos, que produziam ideologias, e passivos, que apenas as reproduziam, divulgavam (MARX; ENGELS, 1982)

perceptivo)⁶. A episteme marxista é autoconsciente, pois não só reflete sobre si mesma e suas bases teórico-metodológicas, como também reflete sobre seu campo axiomático (conjunto de valores e interesses vinculados ao proletariado) e suas bases sociais. Porém, ela é marginalizada na sociedade capitalista e quase tudo que se diz marxista não o é, estando submetido à episteme burguesa e aos interesses de outras classes sociais que não o proletariado.

Assim, ao discutir a ciência ou "teoria da ciência", é preciso ter em mente a existência da episteme burguesa, que é amplamente hegemônica e suas características (os seus campos mentais com suas especificidades), em especial os elementos essenciais de seu campo analítico: o reducionismo, o antinomismo e o anistorismo (VIANA, 2018b). O reducionismo significa o processo de redução da realidade a modelos (funcionalismo, estruturalismo, etc.) ou a aspectos da realidade, entre outras formas. O caso que é percebido mais facilmente é o dos determinismos, como o biológico, o geográfico, o econômico, etc. O antinomismo são oposições entre dois termos que apagam as reais contradições e simplificam as relações sociais, tais como as oposições entre direita e esquerda no âmbito político, indivíduo e sociedade no âmbito da sociologia, entre empiricismo e racionalismo, no âmbito filosófico, entre outras. Esse é o caso da antinomia entre "sujeito e objeto", para recordar a ideologia burguesa do conhecimento. Por fim, o anistorismo é a recusa da história, no sentido de pensar que a história termina com o capitalismo, tal como foi explicitado por Hegel, Comte e diversos outros ideólogos burgueses.

A episteme burguesa gera um campo linguístico, cujas origens mais remotas remetem ao renascimento, iluminismo, kantismo, hegelianismo, etc. Assim, romantismo e iluminismo, sujeito e objeto, materialismo e idealismo, individualismo e holismo, entre outros, são opções para a criação de ideologias concretas, conteúdos de pensamento. Quando Lévi-Strauss elaborou sua ideologia, reproduziu, sem ter consciência disso, a episteme burguesa, pois não só sua análise é reducionista (reduz a sociedade ao modelo linguístico), antinômica (estrutura e história é uma das suas principais antinomias e até mesmo ele naturalizou as antinomias com sua ideia das "oposições binárias") e anistórica (ele jamais pensou numa sociedade pós-capitalista). Para quem parte da perspectiva burguesa, a episteme burguesa é o seu fundamento oculto e reproduzido de forma insciente.

⁶ Não poderemos desenvolver mais detalhadamente o significado desse conceito e nem seus desdobramentos conceituais, mas isso pode ser visto nas obras *O Modo de Pensar Burguês* e *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas* (VIANA, 2018b; VIANA, 2019).

Porém, a episteme burguesa não cria apenas ideologias com seus conteúdos de pensamento, mas também outros processos formais, que foram denominados "paradigmas". Os paradigmas são processos mentais subjacentes que realizam o processo de reconfiguração de elementos da episteme burguesa, criando um rearranjo e enfatização de aspectos. Assim, as ideologias burguesas podem ser objetivistas, subjetivistas, ecléticas, bem como podem ser racionalistas, empiricistas, irracionalistas, etc. Cada paradigma hegemônico corresponde às tarefas econômicas e políticas da burguesia em determinado regime de acumulação. A história do capitalismo se manifesta através dos regimes de acumulação e em cada um deles emerge um paradigma hegemônico, que é uma forma assumida da episteme burguesa. A acumulação primitiva de capital foi a época de formação da episteme burguesa, que se conclui no regime de acumulação extensivo que gera o iluminismo e o romantismo, dois paradigmas embrionários, que são substituídos pelo paradigma positivista no regime de acumulação intensivo (que vai da segunda metade do século 19 até 1945) e é sucedido pelo paradigma reprodutivista no regime de acumulação conjugado (1945-1980) e pelo paradigma subjetivista (1980 até hoje)⁷.

A força do paradigma hegemônico é visível. A força do positivismo no século 19 nas ciências naturais e nas nascentes ciências humanas, que surgem sob o signo do paradigma positivista, acaba se espalhando pela sociedade e gerando impactos na filosofia, no marxismo, nas produções artísticas, até chegar às representações cotidianas de forma simplificada⁸. A força do reprodutivismo no século 20 com as ideologias estruturalistas, funcionalistas, sistêmicas também se espalhou pela sociedade atingindo as produções intelectuais em geral e tendo impacto nas representações cotidianas. Assim, a cada regime de acumulação há um paradigma hegemônico e este cria uma mediação entre os cientistas (e os indivíduos em geral, em menor grau no sentido mais sistemático) e a realidade. Isso significa que a cada novo regime de acumulação há uma renovação hegemônica na qual se troca de paradigma hegemônico (VIANA, 2019).

⁷ Os regimes de acumulação de exceção, o regime de acumulação bélico no caso da Itália e Alemanha nazifascista fez emergir o paradigma organicista, e o regime de acumulação do capitalismo de estado da URSS e congêneres tornou hegemônico o paradigma vanguardista.

⁸ Sobre o seu impacto sobre o marxismo, cf. Viana (2019) e sobre seu impacto na literatura, veja Viana (2020).

Essa breve e incompleta introdução⁹ à questão da episteme burguesa e dos paradigmas hegemônicos aponta para a necessidade de compreensão de que eles exercem uma mediação cultural entre o cientista, o pensador, e a realidade. Essa introdução permite avançarmos para analisar como essa imediação se efetiva no regime de acumulação integral no qual o paradigma subjetivista é hegemônico.

O Mundo Como Vontade e Ilusão

A ascensão do regime de acumulação integral marca mais uma fase da sociedade capitalista. A crise do final dos anos 1960, a radicalização das lutas sociais (especialmente operárias e estudantis) e o prolongamento da crise do regime de acumulação conjugado nos anos 1970 fez com que a burguesia buscasse uma saída. A saída encontrada, depois de alguns testes e buscas, foi o regime de acumulação integral. Esse regime de acumulação gerou mutações nas relações de trabalho, com o toyotismo, terceirização, corrosão dos direitos trabalhistas, visando o aumento da extração de mais-valor, mutações no aparato estatal, com a adoção das políticas neoliberais; mutações nas relações internacionais, na qual há uma intensificação da exploração internacional (VIANA, 2009). As tarefas econômicas e políticas da burguesia apontavam para um aumento da exploração, visando recuperar a queda da taxa de lucro, e o caminho encontrado para isso foi a chamada reestruturação produtiva e adoção das políticas neoliberais, que eram complementadas por uma intensificação do imperialismo.

Esse processo gerou uma renovação hegemônica. Ela já havia se iniciado como estratégia defensiva da burguesia depois da ascensão das lutas sociais no final da década de 1970. O ressurgimento do movimento operário (França, Itália, Alemanha, Tchecoslováquia, Hungria) e as lutas estudantis, bem como a radicalização de outros setores da sociedade e o fortalecimento da cultura contestadora, colocaram em questão o paradigma hegemônico anterior. O paradigma reprodutivista, com seu holismo (pseudototalidade), objetivismo, culto da ciência e dos "modelos científicos", apontava para a recusa da história, que era um dos seus pontos fortes. Esse ressurgimento do movimento operário, que havia se tornado menos atuante nos regimes ditatoriais de capitalismo estatal e sazonal no capitalismo subordinado, mas pouco atuante no capitalismo imperialista (inclusive devido a estabilidade

٦_...

⁹ Como introdução, apenas inicia a discussão, e por ser incompleta, significa que vários aspectos não puderam ser abordados, tal como o processo de produção de paradigmas e ideologias, as políticas culturais, entre diversos outros elementos, que podem ser vistos em Viana (2019).

econômica e política dos países imperialistas graças, em parte, ao processo de exploração internacional) acabou culminando com as lutas radicalizadas do final dos anos 1960, cujo Maio de 1968 foi o ponto culminante. A rebelião estudantil na França gerou a ideia do "fim do estruturalismo" (uma das principais ideologias correspondentes ao paradigma reprodutivista) e, nos anos seguintes, deu nascimento ao "pós-estruturalismo" (ou, segundo linguagem ideológica, "pós-modernismo"). Outras ideologias reprodutivistas, com suas semelhanças com o estruturalismo por também serem reprodutivistas, entram em crise, como o funcionalismo, a "teoria" dos sistemas, etc.

A burguesia recua e os seus ideólogos geram uma "contrarrevolução cultural preventiva", retomando temas do Maio de 1968 e gerando sua destotalização e despolitização (VIANA, 2009), bem como gerando novas ideologias. O destaque é para o chamado "pós-estruturalismo", que emerge com Foucault, Deleuze, Guatari, Lyotard, Derrida e outros. A renovação linguística se inicia e dois termos vão ganhar destaque cada vez mais: sujeito e subjetividade. Se no paradigma reprodutivista, a suposta totalidade (um modelo ao qual a realidade era subsumida), a ciência, a objetividade, era o mote dominante, com as novas ideologias a contestação da totalidade, da objetividade, assumem o seu lugar. Porém, a crítica da razão instrumental que se via no Maio de 1968 é deformada e se torna irracionalismo, crítica da razão em geral, subjetivismo. A crise do estruturalismo gera o pretexto para se falar de um pós-estruturalismo, mas o alvo principal era o marxismo e seu caráter politizador e que inspirou, direta ou indiretamente, as lutas radicalizadas do final dos anos 1960. O novo paradigma começou a surgir em 1969 e vai se fortalecendo e sistematizando, até se tornar hegemônico a partir dos anos 1980.

Assim, as ideologias, doutrinas, representações, subjetivistas vão surgindo e se reproduzindo de forma ampliada, sendo financiadas por organismos internacionais (com destaque para a UNESCO), fundações internacionais (Ford, Rockfeller, etc.), aparatos estatais etc. e se manifestaram sob distintas formas: pós-estruturalismo, neoliberalismo, multiculturalismo, generismo, política de identidades etc. (VIANA, 2019). O campo lexical do paradigma subjetivista traz uma ampla gama de novos termos, além dos já citados sujeito e subjetividade, como desconstrução, gênero, identidade, etc. As novas vedetes ideológicas são os franceses, de Foucault a Lyotard, passando por Deleuze, Guatari, Derrida, os neoliberais ressuscitados (Von Mises, Rawls, Hayek) e os seus adaptadores contemporâneos, e outras ideologias que vão emergindo e sendo expressas – algumas de forma eclética – por

Judith Butler, Toni Negri, Rorty, e diversos outros ideólogos. A ideia de sujeito e de pluralismo toma conta e assim como a de colocar tudo no plural ("juventudes", por exemplo, no qual descobriram o que todo mundo já sabia, de que a juventude não é homogênea, com o acréscimo infeliz — e útil para o capital — de que a diferenciação não conteria uma semelhança que permitiria usar o singular).

A partir da hegemonia do paradigma subjetivista temos o sujeito coroado como rei e a subjetividade coroada como rainha. Porém, como todo os paradigmas, não há uma única ideologia. Os conteúdos ideológicos são variados e alguns até opostos. Eles se movem num mesmo paradigma, mas expressam distintos interesses, valores, concepções, e por isso podem até se criticar ferozmente. Assim, o pós-estruturalismo é subjetivista, mas crítica o outro subjetivismo que é a "política de identidades". E a razão disso é que o "sujeito" para uns é o indivíduo que realiza escolhas racionais (neoliberalismo), para outros é o indivíduo como "máquina desejante" (pós-estruturalismo) e para outros, supostas minorias com suas "identidades" (uma concepção pouco desenvolvida e cuja origem se aponta o multiculturalismo) e mesmo no interior de cada uma dessas concepções existem diferenças internas, como as diversas escolas neoliberais, as diversas disputas no interior do discurso identitário (para alguns, o sujeito é a mulher — que para outros é uma construção que nem sequer existe e que precisa ser "desconstruída" — enquanto que para outros é a "mulher negra", sendo que outros pensam que é o negro, o gay, etc.).

Uma característica do novo paradigma, em suas diversas e variadas manifestações, é considerar a união do "sujeito político" com o "sujeito cognitivo". Foucault já dizia que as massas já sabem e por isso não precisam de intelectuais como porta-vozes. Isso parece revolucionário, mas é reacionário, pois com base nisso nega a união entre intelectuais revolucionários e "massas" (classe operária e demais classes inferiores) e gera a recusa da teoria (FOUCAULT, 1989). Ora, o discurso identitário acaba reproduzindo, sob forma diferente, a mesma união entre sujeito político e cognitivo, bem como outras concepções.

Mas isso tudo já foi trabalhado e desenvolvido de forma detalhada e aprofundada e até aqui apenas resumimos a análise da emergência do regime de acumulação integral e do paradigma subjetivista que lhe é correspondente (VIANA, 2019). O que queremos destacar aqui é a consequência do subjetivismo que é transformar o real, a realidade, em mera expressão do "sujeito". Essa entidade abstratificada e que mesmo quando é "materializada" nos indivíduos ou determinados grupos sociais, continua sendo algo fora da história e das

relações sociais, e por isso ocorre a essencialização cultural ao lado da biológica, como já apontada por Young (2002).

Nesse contexto ideológico, o mundo deixa de ser algo existente, independente e exterior aos indivíduos e grupos, e se torna mera "construção" dos sujeitos e por isso pode ser "desconstruído". As determinações desaparecem, a complexidade deixa de existir, e em seu lugar emerge um "sujeito" todo-poderoso, que pode promover embate, pois eles podem querer coisas diferentes e, em algumas versões, eles são "oprimidos" e por isso querem "desconstruir" a situação criada pelos "opressores".

Ora, uma vez que o paradigma subjetivista se forma, se consolida e se torna hegemônico, o que foi trabalhado desde 1969, ele vai ter ressonância sobre a sociedade. Os meios oligopolistas de comunicação vão reproduzir de forma simplificada (e quando a Globo News apresenta vinhetas falando de "desconstrução" ou questionando a verdade, não é meramente gratuito), os ideólogos serão reproduzidos por outros ideólogos que são professores e estão nas universidades (que formam professores para ensino médio e fundamental, tomando o regime escolar nacional do Brasil como exemplo) e escolas, bem como o capital editorial, em sua busca de lucro, visa os modismos e lança diversas obras subjetivistas, entre diversos outros casos. A UNESCO reproduziu a nível mundial a necessidade de "educação para a diversidade" (outro termo-chave na contemporaneidade).

E esse processo gera uma situação na qual milhões de indivíduos vão se considerar os "sujeitos" da ação política, da produção de "verdades", bem como de sua própria "identidade". Assim, o mundo, o real, aparece para milhões de pessoas como expressão de sua vontade. O que você é? A resposta é: o que eu quiser ou o que minha vontade decidir. E assim emerge e prolifera as discussões sobre identidades, vivência, lugar de fala. Aqui já saímos do âmbito das ideologias para entrar no nível das representações cotidianas, em que pese algumas tentativas de fundamentar esses elementos ou origens ideológicas. O mundo como vontade é o mundo interpretado e definido pela vontade do "sujeito". A realidade concreta, o conjunto das relações sociais, as determinações, o processo histórico, inexiste para alguns. Para outros, existe, mas não tem importância. Há aqueles que consideram que existe e foi construído e por isso precisa ser "desconstruído". Há uma grande parte que acha que existe e é opressivo e por isso é preciso combater o opressor (entendendo a suposta "opressão" como produto do suposto "opressor" e que prejudica o suposto "oprimido", subtraindo as origens históricas, os processos mais amplos, as determinações, pois, afinal,

quem construiu isso foi o "sujeito opressor" e quem pode "desconstruir" isso é o "sujeito oprimido").

Assim, podemos observar que, de acordo com as características do paradigma subjetivista, com as ideologias subjetivistas e com as representações e discursos simplificados derivados, o mundo é manifestação da vontade, tanto o mundo político quando o cognitivo. Ora, o que os reprodutores dessas concepções (seja aqueles que têm acesso e reproduzem as ideologias, seja os que apenas recebem ideias soltas e acabam adotando-as) é que a ideia do "mundo como vontade" é, na verdade, tomar o "o mundo como ilusão". A ilusão é uma percepção equivocada da realidade. Assim, pensar o mundo como vontade é uma percepção equivocada do mundo, da realidade.

Ora, apontamos durante todo o texto as raízes dessa ilusão. Por exemplo, a ilusão de que um indivíduo é um "sujeito" que molda o mundo de acordo com sua vontade é derivada de todo um processo histórico de mutações do capitalismo e geração de ideias correspondentes aos interesses da burguesia e suas tarefas econômicas e políticas. Nada brotou da vontade desses indivíduos: as palavras que eles usam, as ideias gerais que reproduzem, foi um produto social e histórico, tão passageiro como foi o paradigma reprodutivista que lhe antecedeu. Assim, se anteriormente havia o uso e abuso dos construtos de sistema, reprodução, função, modelo, etc., hoje há o uso e abuso dos construtos de sujeito, subjetividade, identidade, etc., as ideologias que são a base de ambos foram gestadas nos gabinetes de ideólogos burgueses e sua reprodução, divulgação, popularização, foi produzida pela política cultural imposta à sociedade. Ou seja, a suposta vontade dos supostos sujeitos foi produzida pelos detentores do poder e, por isso, a ideia do "mundo como expressão da vontade" é apenas uma ilusão. E assim, "o mundo como ilusão" é ele deformado pela percepção equivocada, ilusória, e cuja ilusão é a da autonomia do suposto "sujeito", que é tão determinado que até quando ele pensar ser livre e estar fazendo as coisas de acordo com sua vontade, está sendo manipulado para acreditar nisso e fazer as coisas que são a vontade da classe dominante.

As ilusões proliferam na sociedade atual. Os indivíduos passam a acreditar que os seus desejos são autênticos ou que precisam de uma "identidade". Alguns acreditam que são as "identidades" que lhes definem ou então que podem escolhê-las ou, ainda, que elas são essências que precisam ser assumidas. Outros acreditam que as ideias que estão defendendo — tais como as anteriores — brotaram de seu cérebro (subtraindo que as extraiu do capital

comunicacional, da TV, das redes sociais que reproduzem tudo isso, das escolas, das ideologias etc.). Estes, entre milhares de outros casos, apenas mostram que a maioria esmagadora da população vive num mundo de ilusão. Um mundo de ilusão que cria a ilusão do mundo.

Porém, a ilusão é mobilizadora. Se um indivíduo acredita piamente que é um cavalo, vai agir nesse sentido¹⁰. E isso reforça a ilusão, pois os iludidos estão agindo e ao fazerem isso parecem confirmar a ilusão. Nesse sentido, a ilusão reforça a ilusão, mas não a faz ser a realidade. Assim, se aumentam o número de pessoas que acreditam que a terra é plana e, devido a essa crença, eles divulgam tal ideia, apresentam argumentos etc., eles reforçam tal ilusão, mas ela continua sendo uma percepção equivocada da realidade e o planeta terra continua sendo redondo. Obviamente que alguns podem até morrer por suas ilusões ou sofrer com isso¹¹.

Porém, esse processo tem um limite. E, além do limite, existem as contradições reais, e a realidade sempre volta. Se os ilusionistas e iludidos negam a realidade, a realidade nega as ilusões. E, nesse processo, as ilusões serão superadas, de uma forma ou de outra, seja para emergir um esclarecimento, seja para a selvageria tomar conta substituindo uma ilusão por outra. E, nesse processo, a luta contra as ilusões é parte da luta pela superação da sociedade geradora de ilusões. E assim como um indivíduo precisa superar suas ilusões para ter a possibilidade de agir corretamente para mudar a vida (pessoal e coletiva), é preciso que a sociedade supere suas ilusões para se transformar em outra sociedade, resolvendo suas contradições. As ilusões podem levar ao abismo e a consciência correta pode evitar isso, tanto no caso individual quando no caso da sociedade como um todo. Em síntese, é a luta que determina o futuro, bem como se a vitória será das ilusões e da selvageria, ou se será da autoconsciência e da constituição de uma nova sociedade, fundada na autogestão e no fim das ilusões.

Referências

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 8ª edição, Rio de Janeiro: Graal, 1989.

¹⁰ Cf. https://www.youtube.com/watch?v=cwHP4CnSTfw

¹¹ Cf. o caso do norte-americano terraplanista que morreu ao tentar provar sua ilusão com a construção de um foguete caseiro. É pouco crível o que o seu porta-voz afirma, que ele não acreditava, pois o foguete era para provar isso e se não acreditava, não provaria nada, o que é sem sentido. Veja notícia em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51601059

HESSEN, J. Teoria do Conhecimento. 8ª edição. Coimbra: Armênio Amado, 1987.

MARQUES, Carlos Henrique. Marx e a Questão da Ideologia. In: GOMES, Marcus (org.). *Marx e a Questão da Consciência*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 3ª Edição, São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

VIANA, Nildo. *Cérebro e Ideologia*. Uma Crítica do Determinismo Cerebral. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

VIANA, Nildo. Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas. Curitiba: CRV, 2019.

VIANA, Nildo. Karl Marx: A Crítica Desapiedada do Existente. Curitiba: Prismas, 2017.

VIANA, Nildo. Marxismo e Cultura. *Práxis Comunal*, v. 01, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/praxiscomunal/article/view/11948. Acesso em: 31/12/2018a.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

VIANA, Nildo. *O Modo de Pensar Burguês*. Episteme Burguesa e Episteme Marxista. Curitiba: CRV, 2018b.

VIANA, Nildo. *Regimes de Acumulação e Épocas Literárias*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020.

YOUNG, Jock. *A Sociedade Excludente*. Exclusão Social, Criminalidade e Diferença na Modernidade Recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

Texto aprovado para publicação em 25 de março de 2021.